



INDICAÇÃO N° _____ DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Vereador Policial Federal Suender

Indicação ao Chefe do Executivo Municipal de anteprojeto de Lei (anexo) que crie o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia (FMIT) no Município de Anápolis, estabelece suas diretrizes e dá outras providências.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anápolis,

O Vereador subscrevente, nos termos do art. 88, §1°, alínea "i" do Regimento Interno, requer que seja encaminhada Indicação ao Chefe do Executivo Municipal de anteprojeto de Lei (anexo) que crie o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia (FMIT) no Município de Anápolis, estabelece suas diretrizes e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

Este Fundo é um instrumento estratégico essencial para o desenvolvimento econômico sustentável de Anápolis, por meio do estímulo à ciência, tecnologia, inovação, inteligência artificial e empreendedorismo inovador.

Anápolis possui vocação natural para se consolidar como um polo de inovação, dada sua localização privilegiada no eixo logístico do Brasil Central, sua infraestrutura em expansão e a presença consolidada de diversas instituições de ensino superior e centros de pesquisa. No entanto, o potencial latente exige mecanismos concretos de apoio. Atualmente, os empreendedores e as empresas de base tecnológica locais enfrentam dificuldades significativas para transformar ideias em negócios viáveis e escalar soluções inovadoras. O FMIT atuará como o catalisador financeiro necessário para superar essa lacuna, garantindo o apoio à criação, instalação e consolidação de *startups* e empresas inovadoras (Art. 2°, I).

A inclusão explícita da Inteligência Artificial (IA) como um dos eixos prioritários de investimento do FMIT (Art. 1° e Art. 2°, II) é essencial para preparar o município para os desafios e oportunidades da nova economia digital. A IA já transforma setores críticos como saúde, educação, segurança pública e gestão urbana, e sua aplicação local, financiada pelo Fundo, pode gerar soluções altamente eficientes, reduzir custos operacionais e melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

A criação do Fundo garante a sustentabilidade financeira das ações de longo prazo (Art. 3°), permitindo a captação de recursos públicos e privados por meio de convênios,



- June -





doações e parcerias, e desvinculando o fomento à inovação das oscilações anuais do orçamento municipal. Os recursos do FMIT permitirão que o município financie projetos inovadores e apoie a infraestrutura tecnológica (Art. 4°); promova a capacitação de jovens talentos em áreas estratégicas como ciência de dados; fortaleça a articulação entre poder público, universidades e setor produtivo.

Em última análise, o Fundo contribuirá diretamente para a geração de empregos qualificados, o aumento da competitividade local e a melhoria da qualidade de vida da população anapolina.

Ademais, a iniciativa está em plena consonância com o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei Federal nº 13.243/2016), que estimula a criação de mecanismos locais de fomento à inovação, inclusive por meio de fundos públicos.

Câmara Municipal de Anápolis,

POLICIAL FEDERAL SUENDER

Vereador - PL





PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º_____ DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoria: Vereador Policial Federal Suender

Cria o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia (FMIT) no Município de Anápolis, estabelece suas diretrizes e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. Fica criado o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia (FMIT), com a finalidade de financiar, fomentar e apoiar iniciativas, projetos, programas e ações voltadas à ciência, tecnologia, inovação, inteligência artificial e empreendedorismo de base tecnológica no Município de Anápolis.

Art. 2°. O FMIT tem como objetivos:

- I. Apoiar a criação, instalação, desenvolvimento e consolidação de empresas de base tecnológica e startups;
- II. Financiar projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico, inovação e soluções baseadas em inteligência artificial;
- III. Estimular a cooperação entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo e poder público;
- IV. Promover a inclusão digital e o acesso à tecnologia pela população;
- V. Incentivar a formação e capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas de inovação, incluindo ciência de dados, automação e inteligência artificial.

Art. 3°. Constituem receitas do FMIT:

- I. Dotação orçamentária própria do Município;
- II. Recursos provenientes de convênios, contratos e parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- III. Doações, legados, subvenções e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV. Rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
- V. Multas e penalidades aplicadas em decorrência de descumprimento de normas relacionadas à inovação, quando previsto em legislação específica.



The state of the s





Art. 4°. Os recursos do FMIT serão aplicados em:

- I. Financiamento de projetos de inovação tecnológica apresentados por empresas, universidades ou organizações da sociedade civil;
- II. Apoio à infraestrutura de incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos;
- III. Concessão de bolsas e auxílios para pesquisadores, estudantes e empreendedores;
- IV. Realização de eventos, feiras, seminários e capacitações na área de ciência, tecnologia e inovação;
- V. Desenvolvimento de plataformas digitais e soluções tecnológicas para a gestão pública, incluindo softwares, e ferramentas baseadas em inteligência artificial.

Art. 5°. A gestão do FMIT será exercida por um Comitê Gestor, composto por:

- I. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Economia;
- II. 1 (um) representante da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- III. 1 (um) representante de instituições de ensino superior sediadas em Anápolis;
- IV. 1 (um) representante de entidades empresariais do setor de tecnologia;
- V. 1 (um) representante da sociedade civil com atuação reconhecida na área de inovação.
- **§1°.** A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
- **§2°.** O Comitê Gestor será responsável por definir critérios, aprovar projetos e acompanhar a execução dos recursos do FMIT.
- Art. 6°. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo:
 - I. As normas de funcionamento do FMIT;
 - II. Os critérios para apresentação, seleção e acompanhamento dos projetos;
 - III. Os mecanismos de prestação de contas e transparência na aplicação dos recursos.



Henry





Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Anápolis.

POLICIAL FEDERAL SUENDER

Vereador - PL

